Da domesticidade à conciliação num mundo globalizado: perspectiva intergeracional sobre a discriminação das mulheres rurais no Alto Minho

From domesticity to conciliation in a globalised world: an intergenerational perspective on the discrimination of Portuguese rural women in Alto Minho

De la domesticité à la conciliation dans un monde globalisé : perspective intergénérationnelle sur la discrimination des femmes rurales portugaises dans l'Alto Minho

Cláudia Múrias

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/7716>

DOI: 10.4000/configuracoes.7716

ISSN: 2182-7419

Editora

Centro de Investigação em Ciências Sociais

Edição impressa

Paginação: 61-78

ISSN: 1646-5075

Refêrencia eletrónica

Cláudia Múrias, « Da domesticidade à conciliação num mundo globalizado: perspectiva intergeracional sobre a discriminação das mulheres rurais no Alto Minho », *Configurações* [Online], 24 | 2019, posto online no dia 18 dezembro 2019, consultado o 19 dezembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/configuracoes/7716> ; DOI : 10.4000/configuracoes.7716

Da domesticidade à conciliação num mundo globalizado: perspectiva intergeracional sobre a discriminação das mulheres rurais no Alto Minho

CLÁUDIA MÚRIAS *

Associação Espaços, Projetos Alternativos de Mulheres e Homens

Resumo

Partindo de uma perspectiva intergeracional, este artigo pretende dar visibilidade às desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres rurais. Da análise de 38 percursos biográficos de mulheres de diferentes faixas etárias e freguesias rurais de Viana do Castelo, recolhidos através de cinco grupos de discussão, resultaram quatro perfis de vivências. Apesar das múltiplas discriminações, podemos concluir que as redes familiares de apoio possibilitaram às mulheres a conciliação entre os papéis de *cuidadora* e de *provedora* da família, permitindo a inserção profissional. Porém, este apoio contribuiu também para a *domesticidade* se manter uma opção legítima nos seus trajetos de vida.

Palavras-chave: discriminação social; mulheres rurais; percursos biográficos.

Abstract

From domesticity to conciliation in a globalised world: an intergenerational perspective on the discrimination of Portuguese rural women in Alto Minho

From an intergenerational perspective, this article aims to give visibility to the social inequalities experienced by rural women. The analysis of 38 life courses of women from different age groups and rural districts of Viana do Castelo, collected through five focus groups, resulted in four experience profiles. Despite multiple discriminations, we can conclude that family support networks have enabled women to reconcile *caregiver* and *provider* roles within the family, thus enabling them for employability. However, this support has also contributed to the fact that *domesticity* remains a legitimate option in their life paths.

Keywords: social discrimination; rural women; life courses.

*E-mail: c_murias@hotmail.com

Resumé

De la domesticité à la conciliation dans un monde globalisé : perspective intergénérationnelle sur la discrimination des femmes rurales portugaises dans l'Alto Minho

Partant d'une perspective intergénérationnelle, cet article vise à donner une visibilité aux inégalités sociales vécues par les femmes rurales. L'analyse de 38 biographies de femmes de différents groupes d'âge et communes rurales de Viana do Castelo, collectées grâce à cinq groupes de discussion, a donné lieu à quatre profils d'expériences. En dépit des multiples discriminations, nous pouvons conclure que les réseaux de soutien familial ont permis aux femmes de concilier les rôles de soignante et de soutien de famille, permettant ainsi leur insertion professionnelle. Ce soutien a cependant également contribué à ce que la domesticité demeure une option légitime dans leur parcours de vie.

Mots-clés: discrimination sociale; femmes rurales; parcours de vie.

Introdução

A preocupação internacional com as condições de vida das mulheres rurais tornou-se evidente na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres – CEDAW (ONU, 1979), ao reconhecer que, mesmo quando viviam em países desenvolvidos, as mulheres rurais estavam em piores situações sociais do que os homens rurais e do que as mulheres e homens a viver em espaço urbano. Atualmente, as mulheres rurais representam um quarto da população mundial, e tendo em conta os indicadores de género e de desenvolvimento humano disponíveis e agregados pelo Comité CEDAW nas suas recomendações aos Estados membros (CEDAW, 2016), continuam a enfrentar múltiplas e sistemáticas discriminações, nomeadamente, dificuldades de acesso à educação, a cuidados de saúde, à terra e à proteção social; asseguram a maior parte do trabalho não remunerado, devido à falta de infraestruturas e de serviços de produção alimentar e assistenciais; estão mais vulneráveis perante formas de violência e de precaridade laboral; são desproporcionadamente afetadas pela pobreza e exclusão social. Nos países desenvolvidos, apesar da premissa do *princípio de igualdade*, as economias rurais tendem a favorecer os homens e as políticas de desenvolvimento rural podem, por vezes, prestar pouca atenção às necessidades e direitos das mulheres: políticos, cívicos, sociais, económicos e culturais.

Vários estudos têm verificado que, independentemente dos contextos sociais em que estão inseridas – urbanos, rurais ou industriais, - mulheres continuam a experienciar constrangimentos vários (de mobilidade, de socialização para as tarefas domésticas, de alienação da cultura laboral, etc.) que, desde a juventude, lhes vai transmitindo *maneiras de pensar, de sentir, de agir* mais ou menos formalizadas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas – *cultura*

feminina –, permitindo que as mulheres se organizem, objetiva e simbolicamente, enquanto coletivo, aceitando que a *domesticidade* e a dependência econômica façam parte dos seus trajetos (Taylor, 1986; Fonseca, 2001; Poeschl, Silva e Múrias, 2004).

Neste artigo, procuramos compreender os constrangimentos que as mulheres rurais portuguesas têm enfrentado, considerando as raízes culturais que cruzam práticas sociais discriminatórias relativamente ao género, classe social, escolaridade, idade, religião ou território. Propomo-nos fazer uma análise intergeracional circunscrita ao Alto Minho, uma vez que o trabalho apresentado foi realizado no âmbito do projeto de intervenção comunitária *Caminhos de Igualdade*¹, promovido pela Associação Juvenil de Deão tendo em vista o empoderamento da comunidade local das freguesias rurais de Viana do Castelo (Múrias e Freire, 2014). Num primeiro momento, partindo de uma revisão da literatura, apresentamos uma pequena análise dos contextos institucionais e históricos, dividida em três partes: a caracterização do tradicional *poder social* e a *independência relativa* das camponesas do Alto Minho, que as diferencia das restantes mulheres portuguesas; a caracterização da *domesticidade forçada* ocorrida com a propaganda ideológica nacional do Estado Novo; e a caracterização das oportunidades e conquistas que a democratização do país trouxe relativamente aos *direitos das mulheres*. Num segundo momento, focamo-nos na apresentação de quatro perfis de vivências que resultaram da análise dos percursos biográficos de 38 mulheres de diferentes faixas etárias e de diferentes freguesias rurais de Viana do Castelo, recolhidos através de cinco grupos de discussão, organizados no intuito de captar *formas de pensar e agir comuns* – estereótipos e papéis de género – que tendem a manter práticas sociais discriminatórias e a dificultar a mudança de mentalidades necessária à reivindicação de direitos humanos fundamentais e à luta por uma sociedade mais justa, livre e emancipada.

1. O poder social e a independência relativa das camponesas no Alto Minho

Tradicionalmente é comum referir-se às mulheres minhotas como determinadas, audazes e destemidas, o que nas palavras de João de Pina Cabral (1984: 98) significa que “o *poder social* e a *independência relativa* das camponesas” são duas características sociais que claramente distinguem o Minho. Região rural constituída por isolados ou pequenas explorações familiares, as camponesas

1 Projeto financiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), ao abrigo do Eixo 7 – Igualdade de Género, Tipologia de Intervenção 7.3 – Apoio Técnico e Financeiro às ONG (058620/2011/73) do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Fundo Social Europeu (FSE).

do Minho corporizaram a *feminização do trabalho agrícola* (Wall, 1986) que permitiu manter uma longa tradição de emigração masculina que, devido ao envio de remessas, assumia a categoria de atividade económica mais importante a seguir à agricultura (Goldey, 1982; Cabral, 1989; Brettell, 1991).

Em virtude de uma maior pressão demográfica, devido ao povoamento intenso e à maior prevalência de famílias numerosas, a emigração era vista como legítima e esperada, tendo por objetivo a mobilidade social da família no seu próprio contexto de origem (Goldey, 1982; Wall, 1986; Brettell, 1991). Ancorada na ideia de homem *provedor*, na maioria das vezes comportava uma ideologia de retorno, padrão de emigração em que a pessoa reside no país de acolhimento por um período de tempo, regressando depois a casa, normalmente com poupanças resultantes do seu trabalho (Brettell, 1991).

O casamento constituía um marco importante na vida das mulheres minhotas: através dele, tornavam-se patroas, assumiam o domínio da propriedade herdada (dote) e o poder de gerir a *terra*. Uma casa devia ser dirigida por um *casal*, assegurando a *dona de casa* as tarefas relacionadas com a casa e com os *produtos da terra* (milho, legumes, galinhas, coelhos e porcos) e assumindo o homem as tarefas exteriores à casa (burocracia e trabalho assalariado) e os *produtos do ar* (vinha, azeite, árvores e gado). A divisão sexual dos trabalhos agrícolas implicava ainda algumas proibições específicas: os homens não deviam lavar, coser, varrer ou cozinhar; as mulheres não deviam trepar às árvores ou podar a vinha (Cabral, 1984). A organização familiar predominante nestas comunidades correspondia à família complexa, caracterizando-se pela coabitação na mesma *casa* de vários membros da família, ligados por laços de parentesco, que cultivavam a terra enquanto unidade familiar de produção agrícola, vivendo apenas ou sobretudo do produto do seu trabalho, eventualmente em complementaridade com outras fontes de rendimento.

A *visão camponesa do mundo* ditava uma ética de subsistência, as aldeias operavam numa lógica de reciprocidade, solidariedade e altruísmo e mantinham trocas de bens e serviços numa base não mercantil enquanto redes informais de entreajuda, apoio e reconhecimento mútuo (Goldey, 1982; Cabral, 1984; Silva e Toor, 1988). Na prática, muitas vezes sem o apoio quotidiano dos maridos (quando emigrados ou quando viúvas), as mulheres assumiam a gestão da (pluri)atividade agrícola com o papel de cuidadora da família, ou seja, com a manutenção das tarefas domésticas e a prestação de cuidados informais à família, vizinhança e comunidade, sendo as solidariedades femininas essenciais para a manutenção da *sociedade-providência* (Cabral, 1984; Portugal, 2008). Como referiu Boaventura Sousa Santos (1995; 1994) a *sociedade-providência* transporta em si a *ausência de direitos*, a *discriminação sexual das mulheres* (ancorada no *patriarcado*) e o *paternalismo nas relações sociais*, sobrecarregando as mulheres de tarefas e responsabilidades, mas negando-lhes reconhecimento, voz e direitos sociais. Desta forma, o quotidiano das camponesas

minhotas oscilava entre uma prática de *relativo poder e independência* face aos homens e à comunidade e o confronto com uma representação social de *inferioridade moral feminina*, preconceito ancestral que vigorava na sociedade portuguesa relativamente à *sensibilidade feminina*.

A posse da terra ditava os aspetos fundamentais da estratificação social e das relações entre classes, “as raparigas de famílias sem terra não encontravam quem com elas casasse” (Cabral, 1984: 105), condicionando os percursos de vida das lavradeiras ricas das lavradeiras pobres, caseiras ou jornaleiras que tendiam a ficar solteiras e a viver em condições precárias. Manuel Carlos Silva *et al.* (1988) salienta que a entreaajuda nas aldeias do Alto Minho era maioritariamente assimétrica e conseguida com recurso ao pagamento de serviços em géneros ou através de outros serviços. Esta situação permitia que as mulheres sem terra estivessem muitas vezes subjugadas aos lavradores ricos em cujas terras trabalhavam, sendo frequente a incidência das *mães solteiras* em grupos sociais desfavorecidos: em 1967, no Baixo Minho, 50% destes agregados correspondiam a *assalariadas agrícolas*, havendo também *mães solteiras* nos grupos sociais das *camponesas pobres*, *trabalhadoras desqualificadas dos serviços* ou do *setor secundário* (Wall e Lobo, 1999: 127). Sem apoios sociais, a inferioridade social das *mães solteiras* reproduzia-se: as filhas de *mães solteiras* tendiam a ser *mães solteiras* (Cabral, 1984; Brettell, 1991).

Uma das estratégias para evitar a pobreza das mulheres, era o costume de beneficiar as filhas na partilha da herança, sendo-lhe muitas vezes atribuída a *parte disponível* da propriedade: o *terço* ou o *sexto* (Cabral, 1984).

2. “A mulher para o lar”: a domesticidade forçada do Estado Novo

Estrategicamente contra as liberdades individuais da sociedade moderna liberal e marcadamente antifeminista (Gorjão, 2002; Tavares, 2011), o *Estado Novo* propagandeou uma imagem de subalternidade social das mulheres, dando centralidade ao papel doméstico – *domesticidade* – de *mãe de família* enquanto “chefe moral da família” (Pimentel, 2001: 27). As mães eram o veículo disciplinador da ideologia de um Estado corporativo que considerava a família “realidade primária e fundamental de toda a orgânica nacional” (idem: 25), tendo criado a *Obra das Mães pela Educação Nacional* (OMEN), a organização nacional feminina que visava a “reeducação da mulher, fazendo-a regressar ao lar e ensinando-a a amar os seus filhos” (idem: 54) e que comemorava anualmente, a partir de 8 de dezembro de 1938 – *Dia da Consagração de Portugal à Imaculada Conceição – as Semanas da Mãe*.

Desta forma – tal como outros regimes políticos da época – o *Estado Novo* procurou *transformar mentalidades* (Gorjão, 2002; Tavares, 2011), legitimando uma estrutura de crenças, atitudes e práticas socioculturais e

institucionais preconceituosas e disseminando estereótipos sexuais rígidos e discriminatórios – designados por Robert Connell (1995) como *masculinidade hegemónica* e *feminilidade enfatizada*. Segundo o lema do regime “Um lugar para cada um, cada um no seu lugar” às mulheres cabia encarregarem-se de *Kinder, Küche e Kirche* – crianças, cozinha e igreja, com *abnegação, humildade e sacrifício* – a família ideal era a família nuclear com várias filhas e filhos (Rodrigues, 1995). O Código de Processo Civil de 1939 criou o *chefe de família* e reintroduziu limitações jurídicas às mulheres casadas, submetendo-as à vontade discricionária do *poder marital* (Pimentel, 2001).

Também a Educação Nacional visava a formação da “Nova Mulher”, portanto, o ensino primário elementar – que consistia em dois ciclos: um primeiro grau obrigatório de três anos de escolaridade e um segundo grau de um ano de escolaridade – era ministrado em regime de separação de sexos, implicando *curricula* diferenciados. A integração das atividades da *Mocidade Portuguesa Feminina* (MPF) no plano curricular, em 1947, pretendeu alargar a educação familiar a todo o país e *formar as raparigas rurais para a domesticidade*, de modo a encarar o casamento enquanto projeto de vida e subsistência económica, compatibilizando-o com o trabalho no domicílio – através dos *bordados, costura* ou *artesanato*. Também a OMEN dirigiu as suas atividades para a *educação familiar rural*, procurando *formar as raparigas rurais que saíam precocemente da escola* (Pimentel, 2001).

Ao mesmo tempo que disseminava a *ruralidade*, o *Estado Novo* sublinhava a separação entre o espaço público e o espaço privado, desconsiderando o valor económico do trabalho das mulheres. Em 1940, os Censos deixaram de contabilizar as mulheres agrícolas “auxiliares dos chefes de família” (Rodrigues, 1995) e nos Censos de 1950, foram instituídas duas categorias: “mulheres *ativas* na agricultura” (aquelas que trabalhavam com remuneração ou por conta própria) e “mulheres *com ocupação* na agricultura” (aquelas que se ocupavam simultaneamente das lides domésticas e do trabalho agrícola), mas considerada somente a primeira na “população ativa agrícola” (Wall, 1986; Pimentel, 2001). Desta forma, a taxa de feminização baixou de 41,6% em 1930, para 15,2% em 1940 e 15,7% em 1950, diminuindo para 7,4% em 1960. Mantendo-se na agricultura, as mulheres permaneciam numa atividade extenuante, com rendas precárias, fraco estatuto social, sem proteção contra as doenças profissionais próprias do meio rural e sem benefícios sociais, uma vez que as *viúvas, divorciadas, separadas* ou mães solteiras e os “chefes de família” *trabalhadores ao domicílio e trabalhadores rurais* ficaram excluídos do abono de família entretanto introduzido em Portugal (Pimentel, 2001).

Assim, o êxodo rural das mulheres minhotas pode ser entendido pela opção pela emigração: entre 1950-1969, a emigração efetiva portuguesa correspondeu a 1 127 031 emigrantes, sendo que 40% eram mulheres e 43,5% tiveram a França como país de acolhimento. Desta última, 30,6% provinham

do setor *primário* e 27,8% eram *pessoas ativas com ocupação*, as *donas de casa*. Durante este período (excluindo a emigração clandestina), 9,1% da emigração oficial portuguesa para França era oriunda de Viana do Castelo, correspondendo a 59,6% das emigrações totais do distrito. O padrão de emigração alterou-se, em 1955, 69,4% das pessoas saíam de Portugal *isoladamente*, mas em 1969, apenas 50,5% emigravam individualmente, 49,5% *emigravam na companhia de familiares* (Antunes, 1970). Sendo a família “a realidade primária e fundamental”, passou a ser ela a partir em busca de melhores condições de vida.

3. Da conquista dos direitos das mulheres à Globalização

A democratização do país com o 25 de Abril de 1974 obrigou à alteração legislativa, implicando a elaboração de políticas públicas de combate à discriminação das mulheres. As políticas de emprego, como a fixação do salário mínimo, do subsídio de desemprego, da licença de maternidade e de assistência à família sem perda de regalias ou remuneração, etc., tornaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho economicamente atrativa, nomeadamente no setor dos serviços, em expansão devido à modernização da estrutura económica do país (Rodrigues, 1995). Em 2014, este setor continuava a ser aquele que concentrava o maior número de pessoas empregadas (68,4%), sendo a taxa de feminização de 56,5% (CIG, 2015).

Desde 1968, altura em que o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o primeiro “Inquérito às explorações agrícolas do continente”, que estas foram sendo gradualmente abandonadas. De acordo com os resultados dos Censos 2011, a população empregada com atividade económica na agricultura, produção animal, caça e silvicultura representa 2,8% da população empregada em Portugal (INE, 2016). Procurando evitar o êxodo rural e dar sustentabilidade ao setor agrícola, as políticas de desenvolvimento rural têm apoiado a criação de novas oportunidades de emprego e rendimento (fora das explorações) para a comunidade rural, investindo no reforço do tecido económico e social das aldeias, nomeadamente no comércio, artesanato, serviços pessoais, turismo, pequenas e médias empresas, etc. (OCDE, 2006).

O investimento público na educação, com o regresso da coeducação, possibilitou uma gradual escolarização para as mulheres: em 1985, 71% das mulheres concluíam o ensino básico, 6,6% concluíam o ensino secundário e 1,5% obtinham uma licenciatura (Chagas Lopes e Perista, 2010). Em 2014, 51,5% das mulheres tinham o ensino básico, 18,6% tinham o ensino secundário e 19% tinham o ensino superior (CIG, 2015).

Contudo, o investimento feito pelas mulheres ao nível da educação não se traduziu em melhores condições de trabalho, uma vez que persistiram várias

desigualdades estruturais do emprego oferecido e/ou ocupado pelas mulheres, mais precário, desqualificado e mal pago, com escassas oportunidades de desenvolvimento profissional e de acesso a benefícios sociais e fraca ou nula proteção social (Casaca, 2013; Wall et al., 2016). Em 2014, as profissões com maior taxa de feminização eram as trabalhadoras não qualificadas (71%), pessoal administrativo (65,4%) e trabalhadoras de serviços pessoais, de proteção e segurança e comerciais (63,3%). Segundo Virgínia Ferreira (2004) existem três tipos de segregação ocupacional – a segregação horizontal, segundo a qual mulheres e homens tendem a ter profissões diferentes; a segregação vertical que resulta na diferenciação hierárquica, segundo a qual mulheres e homens raramente se encontram nos mesmos níveis de qualificação, postos hierárquicos ou escalões salariais; a segregação transversal, que resulta na desigual distribuição de mulheres e homens por diferentes sectores de atividade (uns mais rentáveis do que outros), por diferentes tipos de empresas e por diferentes regimes e relações de trabalho – que são expressão das desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho e que mantêm constante o diferencial salarial: em 2013, as mulheres receberam cerca de 82,1% da remuneração média mensal de base dos homens (CIG, 2015).

Apesar da participação das mulheres no mercado de trabalho ter coexistido com profundas transformações económicas, tecnológicas, organizacionais e laborais – nomeadamente com a adesão à União Europeia e ao Euro, o padrão de inserção profissional manteve-se predominantemente marcado por elevadas taxas de atividade, emprego a tempo inteiro e de forma contínua ao longo do curso de vida (Perista et al., 2016; Wall et al., 2016). Porém, a globalização do mercado trouxe a desregulamentação das condições de trabalho, com um retorno à precariedade contratual e da flexibilidade de tempos de trabalho, provocando novas dinâmicas nas relações laborais e na organização da vida familiar (Casaca, 2013).

Assistiu-se nas últimas décadas a uma pluralidade considerável de formas de viver em casal e em família (família nuclear com duplo emprego, famílias monoparentais, famílias complexas, etc.), contudo, e apesar da divisão conjugal do trabalho ter evoluído no sentido de uma maior partilha de tarefas, persiste o padrão masculino de reduzida alocação de tempo destinado ao trabalho doméstico ou parental, recaindo sobre as mulheres a condução da vida familiar (Poeschl, Silva e Múrias, 2004; Perista et al., 2016; Wall et al., 2016). Em média, as mulheres investem mais 1 hora e 45 minutos na realização do trabalho não pago do que os homens e fazem-no através do desempenho simultâneo de várias tarefas, domésticas e cuidados parentais. Talvez por isso, 39,7% das mulheres com atividade profissional, vivendo em meio rural, sentem andar apressadas e 35,8% consideram que, na sua vida do dia-a-dia, raramente têm tempo para fazer as coisas de que realmente gostam (Perista et al., 2016).

Dada a escassez e as dificuldades de acesso aos serviços e equipamentos de apoio às famílias (Portugal, 2008; Ferreira e Monteiro, 2015), a conciliação entre tempos e esferas de vida implica ainda o *trabalho emocional e relacional* necessário à manutenção de uma rede de apoio familiar (Portugal, 2008; Poeschl, Silva e Múrias, 2004), uma vez que recorrem com mais frequência à ajuda de uma filha ou da sua própria mãe para assegurarem a prestação de cuidados às crianças. Permanecem as *solidariedades femininas* e o apoio da família parece essencial para a inserção profissional das mulheres, uma vez que elas investem apenas menos 27 minutos do que os homens no trabalho pago (incluindo deslocações) (Perista *et al.*, 2016).

4. Metodologia - Serões Intergeracionais

No intuito de captar *formas de pensar e agir comuns*, mais especificamente os estereótipos e papéis de género que tendem a manter a prática social discriminatória – *status quo* – e a dificultar a mudança de mentalidades intergeracional que possibilite o usufruto de direitos fundamentais, foram organizados cinco grupos de discussão – *Serões Intergeracionais* – focalizados nos percursos biográficos de mulheres, de diferentes faixas etárias e de diferentes freguesias rurais de Viana do Castelo.

Os grupos intergeracionais foram reunidos por freguesia, moderados por uma facilitadora, que levantou questões exploratórias sobre o trajeto de cada uma das participantes, e duraram aproximadamente três horas. O tamanho variou entre cinco e nove elementos (Múrias, 2014; Múrias e Freire, 2014).

Participaram nestes grupos 38 mulheres, nascidas entre 1926 e 2001, sendo, maioritariamente, casadas (18) ou solteiras (14); com a escolaridade básica obrigatória (16) ou encontrando-se ainda a estudar (11), apenas cinco concluíram um curso superior; 13 são ativas, trabalhando nos serviços (comércio, restauração, educação), mas três estão desempregadas; a maioria é inativa (25), sendo reformada (10), estudante (11) ou doméstica (4).

Tendo em consideração que os percursos biográficos são definidos simultaneamente pelos contextos institucionais em que as pessoas vivem e pela forma como são capazes de modelar e agir sobre as diferentes restrições e oportunidades que lhes são oferecidas num determinado contexto histórico (Wall *et al.*, 2013), os grupos de discussão foram transcritos e analisados segundo uma metodologia indutiva que permitiu monitorizar a sequência biográfica de cada pessoa, ao mesmo tempo que concedeu um papel-chave aos processos históricos e geracionais. Da análise, resultou a organização de quatro perfis:

Mulheres na consolidação do Estado Novo (nascidas entre 1926 e 1943): representa uma geração nascida antes da Segunda Guerra Mundial e criada entre a *visão camponesa do mundo* e a consolidação do regime

autoritário e corporativo do Estado Novo, que valorizava a *mãe de família* enquanto “chefe moral da família”, que instituiu a subalternidade social das mulheres e a “reeducação” das mulheres pela OMEN.

Mulheres entre a Segunda Guerra Mundial e as Revoluções de 60/70 (nascidas entre 1946 e 1955): a geração pós-guerra, que cresceu com a MPF e a *educação rural* da OMEN, com a costura e os bordados, mas entrou na vida adulta no final da década de 1960, durante o período final do regime autoritário e o êxodo rural. Esta geração viveu os tempos difíceis da emigração para França, mas que lhe permitiu aceder ao modo de vida e aos benefícios sociais do país de acolhimento.

Mulheres na adesão à União Europeia (nascidas entre 1965 e 1978): representa uma geração que nasceu com a conquista de direitos da *revolução de Abril* e entrou na vida adulta na consolidação da democracia no seio da Europa, aproveitando as mudanças que ocorreram nas estruturas económicas, sociais, políticas e culturais.

Mulheres na Globalização (nascidas entre 1980 e 2001): representa uma geração que se desenvolveu numa época de grandes avanços tecnológicos e prosperidade económica, muito familiarizada com a internet e a interação social virtual. Perante a crise financeira, está confrontada com a precariedade laboral, aumento do desemprego e diminuição de rendimentos.

Posteriormente, a análise categorial debruçou-se sobre os constrangimentos educacionais vivenciados na infância e as opções de organização familiar tomadas na idade adulta, centrando-se na conciliação entre esferas de vida, ou seja, nas estratégias de articulação entre papéis sociais: a *domesticidade*, associada ao papel de *cuidadora* da família, à maternidade e trabalho não pago; e a *independência*, associada ao papel de *provedora* da família, à atividade profissional ou trabalho pago (Cabral, 1984; Taylor, 1986; Fonseca, 2001; Poeschl, Silva e Múrias, 2004). De seguida, analisaremos os percursos biográficos por perfil geracional de vivência.

5. Mulheres na consolidação do Estado Novo

Esta geração de mulheres teve dificuldade de acesso à educação, uma vez que a *visão camponesa do mundo* organizava-se pela *ética da subsistência* da exploração familiar agrícola, valorizando economicamente o trabalho das mulheres, quer no campo, quer nas tarefas domésticas relacionadas com a *casa* (Goldey, 1982; Cabral, 1984) e desconsiderando as aspirações individuais de instrução. A vivência em famílias complexas permitiu que as mulheres partilhassem as tarefas domésticas e de prestação de cuidados com outras mulheres, ancorando o papel *cuidador nas solidariedades*

femininas e nas redes informais de entreajuda, apoio e reconhecimento mútuo que possibilitam a *sociedade-providência* (Santos, 1994; Portugal, 2008):

As raparigas não precisavam de estudar e eu fiquei em casa, ia com as vacas fazer o que era preci-so. Detestava aquilo, queria estudar, gostava de ler, de aprender... A perspetiva era trabalhar, o que é que as mulheres faziam aqui? Trabalhavam no campo e faziam o trabalho de casa (Adelina, 1943).

Trabalhava na lavoura e ao fim de semana fazia as coisas em casa. Limpava a casa e depois no domingo era sempre a cozinhar. Eu é que fazia tudo ao domingo. A minha sogra era todos os dias à semana. Nós vivíamos em casa dos meus sogros (Blimunda, 1939).

Vivíamos com os meus pais. E os filhos foram criados como reis e uma rainha. As minhas irmãs pensavam que aquilo eram os brinquedos (Almerinda, 1941).

A mobilidade social das famílias passou pelos tradicionais percursos de emigração dos homens enquanto *provedores*, maioritariamente emigração laboral de retorno, estando o regresso a *casa* associado às poupanças que conseguiam juntar para investir no bem-estar familiar (Goldey, 1982; Wall, 1986; Brettell, 1991) e na criação de fontes de rendimento complementar alternativas, que permitiu libertar as mulheres da dureza do trabalho no campo:

O meu marido tinha uma mercearia, fechou, foi p'ra França. Andou na França sete anos, vinha e ia. E depois o meu marido veio definitivamente, empregou-se aqui na fábrica e tornamos ali o negócio. O meu marido a trabalhar e eu na loja, no negócio (Almerinda, 1941).

A estratificação social centrada na posse da terra e na normatividade do casamento e da família e a discriminação salarial com base no sexo mantinham os agregados das *mães solteiras*, viúvas e mulheres separadas em situações de grande precaridade e vulnerabilidade social (Cabral, 1984; Silva e Toor, 1988; Brettell, 1991; Wall e Lobo, 1999), podendo, por vezes, condicionar estas mulheres a agirem com autonomia e independência para prover à família e evitar a pobreza, nomeadamente optando pela emigração clandestina:

Sou filha de uma mulher solteira e estava com a minha mãe e os meus avós e estive a criar a minha menina até uma certa idade. Até que a fome era tanta que um dia pensei... Vou p'ra França que aqui morro de fome (Albertina, 1942).

6. Mulheres entre a Segunda Guerra Mundial e as Revoluções de 60/70

Esta geração de mulheres foi confrontada com uma educação para a subalteridade social, preparada para a *domesticidade* – trabalho no domicílio – através do ensino dos bordados, costura ou artesanato e viu o valor económico do trabalho agrícola das mulheres que se ocupavam das lides domésticas ser desconsiderado pelo *Estado Novo* (Wall, 1986; Rodrigues, 1995; Pimentel, 2001). Encarou o trabalho ao domicílio como um complemento aos rendimentos agrícolas, não se mostrando ciente da discriminação laboral associada à economia informal (Delettretz *et al.*, 2000):

Cheguei a trabalhar no campo até casar. Depois de casada, fazia a lida doméstica. Criei os meus filhos. As mulheres não iam quase nenhuma trabalhar. Era tudo a cuidar dos filhos, fazer a vida de casa e lavoura (Antónia, 1951).

Fiquei viúva. Fiquei com uma pensão de sobrevivência. Comprei um trator e fui para o campo ajudar os meus pais. Eu nunca trabalhei... Trabalhei com a minha irmã... naquele tempo na costura, nos bordados, já se ganhava muito dinheiro (Judite, 1955).

A *transformação de mentalidades que o Estado Novo* procurou ao socializar as mulheres para o casamento e para a família – “a realidade primária e fundamental” (Pimentel, 2001; Gorjão, 2002; Tavares, 2011), parece ter tido impacto no padrão de emigração, que passou a ser de emigração familiar (Antunes, 1970), uma vez que as mulheres optaram por emigrar com os maridos:

Porque a gente queria casar e ir embora, porque aqui não havia futuro. O meu marido disse: “vamos casar e vou-te levar para França” (Benedita, 1950).

A emigração permitiu contrariar o *papel subserviente da mulher* veiculado pelo *Estado Novo* (Rodrigues, 1995; Pimentel, 2001), uma vez que se pautou pela dupla inserção pro-fissional do agregado, permitindo o acesso aos benefícios sociais do país de acolhimento. Porém, a conciliação entre trabalho e família foi assegurada pela dupla jornada das mulheres e dificultada pela ausência de redes familiares de apoio. Uma das estratégias de conciliação encontrada revela a importância dos laços de parentesco, da vivência em família alargada e da pertença à aldeia, uma vez que consistiu no regresso das crianças ao Alto Minho para serem criadas por familiares, possibilitando a continuidade social das aldeias (Goldey, 1982):

O meu marido estava a trabalhar fora e levantava-se cedo de manhã para chegar à noite. Como eu fazia? Quando eram pequeninos havia uma mulher que guardava crianças em casa dela. Era ir tra-balhar e ir a correr à mulher que os guardava. Era muito duro! Naquele tempo era muito difícil tra-balhar com as crianças pequenas, não havia creche (Ilda, 1952).

Entretanto tive dois filhos... Quando a minha filha tinha seis anos, pensámos em virem para cá para a escola, foi tão duro a partir daí. Mas a minha mãe também não queria ficar sozinha (Benedita, 1950).

7. Mulheres na adesão à União Europeia

Esta geração de mulheres aproveitou o investimento público na educação e no emprego, tendo aumentado os seus níveis de escolaridade (Chagas Lopes e Perista, 2010) e integrado o mercado de trabalho no setor dos serviços (Rodrigues, 1995). Porém, as expectativas sociais relativas à maternidade e subalternidade – *feminilidade enfatizada* (Connell, 1995), impediram que assumissem maior autonomia, condicionando a sua atividade profissional ao desempenho do papel de *cuidadora* da família e aceitando que a *domesticidade* e a dependência económica fizessem parte dos seus trajetos (Taylor, 1986; Fonseca, 2001; Poeschl, Silva e Múrias, 2004):

Dizia que queria ser mulher polícia, mas nem me passava pela cabeça ouvirem-me em casa, porque isso não fazia parte dos planos de uma rapariga cá da aldeia (Isabel, 1969).

Fiz a escolaridade até ao 12º, depois não quis continuar a estudar, porque entretanto arranjei traba-lho. Naquela altura, havia muito trabalho, os jovens arranjavam trabalho com facilidade. Entretan-to, casei, fiquei grávida. Dediquei-me à família e ao traba-lho do meu marido, ajudar o meu marido na empresa (Luísa, 1969).

Nesta geração, o apoio das redes familiares intergeracionais (Portugal, 2008) foi es-sencial para que as mulheres pudessem optar por um padrão profissional de emprego a tempo inteiro e de forma contínua ao longo do curso de vida (Perista *et al.*, 2016; Wall *et al.*, 2016), uma vez que as mulheres continuaram responsáveis pela condução da vida familiar, mesmo vivendo em agregados de duplo emprego:

Trabalho! Sempre trabalhei! Ai, o meu marido partilha tudo! Eu limpo, ele suja... Com os filhos pe-quenos, tinha toda a sobrecarga (Fernanda, 1965).

Trabalhámos sempre os dois. Tivemos muita ajuda da família em relação às miúdas. Pude deixá-las nos avós, primeiro, quando recém-nascidas, depois quando estavam doentes, paragens escola-res, nunca foi preocupação para mim (Isabel, 1969).

8. Mulheres na Globalização

Com base nos avanços tecnológicos e nas políticas de desenvolvimento rural (OCDE, 2006), esta geração de mulheres investiu na sua formação aspirando à realização pessoal e ao desenvolvimento de uma carreira, porém a globalização e posterior crise financeira trouxeram a desregulamentação das condições de trabalho e o desemprego, inviabilizando a concretização da expectativa de mobilidade social sem o retorno à emigração (Ferreira e Monteiro, 2015):

A minha mãe sempre nos inculuiu a responsabilidade de “se não queres ter a vida que eu tenho, tens que estudar, tens que ser alguém, por isso, luta por isso”. Mas há muita gente da minha idade que pensa em acabar o curso, casar, emigrar e o curso fica arrumado. Há pessoas que pensam que já não vale a pena estudar (Mónica, 1989).

Eu sou operadora, reponho nas prateleiras, tenho uns horários muito estranhos, pego meia-noite, saio às nove da manhã. Pego às dez da manhã, saio às sete da noite. Pego às seis e meia da manhã, largo às três e meia da tarde. Quando não calha de ir fazer tardes. Um bocadinho de tudo. Mas pron-to, temos que nos sujeitar (Patrícia, 1980).

Perante a crise e a persistência da segregação ocupacional e das desigualdades estruturais do emprego ocupado pelas mulheres (Ferreira, 2004; Casaca, 2013; Ferreira e Monteiro, 2015), as opções de conciliação entre tempos e esferas de vida visam preservar a dupla inserção profissional do casal, implicando a existência de uma rede de apoio familiar intergeracional (Portugal, 2008), que suporte as mulheres na condução da vida familiar e na prestação de cuidados às crianças (Perista et al., 2016; Wall et al., 2016), nomeadamente em situações de emigração laboral masculina:

No meu caso, será o meu marido a estar mais tempo em casa com o bebé. É funcionário público. Eu não posso, tenho contrato a termo. Já comentei na instituição e a maior parte das reações não foi positiva. É estranho, não é normal. Normal é ficar a mãe (Beatriz, 1981).

Tenho os meus tios. Por causa dos horários, tem dias em que é o tio que vem buscar a minha filha. Noutros dias vai no transporte para a casa da tia, até eu chegar. Na semana que eu saio às quatro, sou eu que a levo à academia. Na semana que eu saio às seis, é o meu tio. Se não tivesse este apoio, não lhe conseguia dar, o pai está emigrado (Rosa, 1982).

Conclusão

A análise dos percursos biográficos por perfil geracional de vivência permite-nos aferir que as desigualdades se constroem em virtude das múltiplas circunstâncias e pertenças das mulheres.

As mulheres rurais nascidas na consolidação do Estado Novo (1926-1943) obtinham poder social enquanto *patroas* quando recebiam o *dote* pelo seu casamento. Caso contrário, ficavam dependentes do papel de *provedor* do marido ou do pai, uma vez que era socialmente inaceitável a posição de independência nas mulheres celibatárias. Encarregando-se das tarefas domésticas e da prestação de cuidados informais à família, vizinhança e comunidade, ficavam protegidas da pobreza e exclusão social através da família enquanto *sociedade-providência* (Cabral, 1984; Santos, 1994; Portugal, 2008).

As mulheres rurais nascidas entre a Segunda Guerra Mundial e as Revoluções de 60/70 (1946-1955) foram educadas para “regressar ao lar e amar os seus filhos” (Pimentel, 2001). A *domesticidade* limitou-as aos trabalhos de costura, bordados ou artesanato no domicílio, remetendo-as para uma atividade económica informal que as desprotegeu socialmente (Delettrez *et al.*, 2000). A alternativa à *subserviência* consistiu na opção por projetos de emigração laboral que lhes permitiu aceder ao modo de vida e aos benefícios sociais franceses sem, contudo, alterar o sentimento de pertença e reconhecimento à *sociedade-providência* do Alto Minho (Goldey, 1982).

As mulheres rurais que viveram a adesão à União Europeia (1965-1978) não se conseguiram libertar do papel de *cuidadoras*, uma vez que, contrariamente à introdução constitucional e legislativa da Igualdade, as práticas educativas mantiveram as discriminações de género, possibilitando-lhes a aceitação da *domesticidade* e da dependência económica (Taylor, 1986; Fonseca, 2001; Poeschl, Silva e Múrias, 2004), mesmo perante a opção de trajetos profissionais de tempo inteiro e de longo curso, uma vez que ocuparam empregos desqualificados e mal pagos (Casaca, 2013; Wall *et al.*, 2016).

As mulheres rurais que cresceram na globalização (1980-2001) aproveitaram as políticas de desenvolvimento rural e as oportunidades de acesso à educação e aspiraram à *independência*, autonomia, realização pessoal e profissional. Mas a segregação ocupacional e as persistentes desigualdades estruturais de emprego oferecido às mulheres, agravadas pela crise económico-financeira (Ferreira, 2004;

Casaca, 2013; Ferreira e Monteiro, 2015), não permiti-ram o exercício pleno dos seus direitos laborais, mantendo-as precárias e economicamente dependentes.

Dada a ausência de políticas e programas de ação rurais sensíveis ao género, têm sido as redes familiares intergeracionais de apoio a permitir a conciliação entre as esferas de vida e a articulação entre os papéis de *cuidadora* e *provedora* da família. Sendo as mulheres apoiadas pela *sociedade-providência*, a informalidade providencial das relações sociais que permitiu ao Estado português permanecer autoritário e distante e não intervencionista na proteção social a oferecer à população, com limitadas políticas públicas (Santos, 1994; 1993), não admira que o *convívio familiar* seja a atividade para a qual 60,2% refram sentir mais falta de tempo (dedicar-lhes-ia mais tempo se pudessem) (Perista *et al.*, 2016).

Porém, perspetivando as necessidades e os direitos das mulheres rurais, o desafio consiste no reforço da sua participação pública e política, incluindo o acesso aos recursos económicos e ao empoderamento coletivo que lhes permita melhorar o seu estatuto social, combater a segregação ocupacional e libertar-se do jugo submisso dos (ancestrais) mecanismos patriarcais, através da crítica e denúncia sistemática da estrutura capitalista e da luta por uma sociedade mais justa, livre e emancipada.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Marinho (1970), Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários, *Análise Social*, XVIII (30-31), 299-385.
- BRETTELL, Caroline (1991), *Homens que Partem, Mulheres que Ficam: Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CABRAL, João de Pina (1984), As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho, *Análise Social* (xx) 80, 1, 97-112.
- CASACA, Sara Falcão (2013), As Novas Dinâmicas Laborais e os Desafios da Articulação com a Vida Familiar, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 72, 31-52.
- CHAGAS LOPES, Margarida e PERISTA, Heloísa (2010), Trinta anos de educação, formação e trabalho: convergências e divergências nas trajetórias de mulheres e homens, In Virgínia Ferreira (Orgs.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias* (pp. 191-216). Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE).
- CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2015), *A igualdade de género em Portugal 2014*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- CEDAW - COMITÉ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES (2016), Recomendações Gerais adotadas pelo Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Sexagésima terceira sessão), Recomendação Geral N.º 34, Direitos das mulheres rurais [Online], disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/projectos/cedaw4all/recomendacoes-gerais/> [consultado em 02-03-2017].
- CONNELL, Robert W (1995), *Masculinities*, Berkeley, CA, University of California Press.
- DELETTREZ, Anne Marie; LISBOA, Manuel; FORTUNATO, Fernanda; JORGE, Maria do Rosário e DUARTE, Sara (2000), As Mulheres que Trabalham no Domicílio, Relatório Final (SOCIUS-ISEG) [Online], disponível em: <http://opac.iefp.pt:8080/images/winlibimg.aspx?key=&doc=38480&img=108> [consultado em 02-05-2017].

- FERREIRA, Virgínia (2004), *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego: Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.
- FERREIRA, Virgínia e MONTEIRO, Rosa (2015), Austeridade, emprego e regime de bem-estar em Portugal: em processo de refamíliação? *Ex æquo* 32, 49-67.
- FONSECA, Laura (2001), *Culturas juvenis, percursos femininos, experiências e subjectividades na educação de raparigas*, Oeiras, Celta.
- GOLDEY, Patricia (1982), Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica, *Análise Social*, Vol. 18 (71), 533-553.
- GORJÃO, Vanda (2002), *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2016), *Estatísticas Agrícolas 2015*, Lisboa, INE.
- MÚRIAS, Cláudia (2014), Serões Intergeracionais. Histórias de mulheres: narrativas de vida nas freguesias rurais de Viana do Castelo, do Estado Novo ao século XXI, Viana do Castelo, Associação Juvenil de Deão (AJD).
- MÚRIAS, Cláudia e FREIRE, Sara (2014), *Caminhos de Igualdade*, Viana do Castelo, AJD.
- OECD – Organisation for Economic Co-Operation and Development (2006), *Police Brief on Reinventing Rural Policy* [Online], disponível em: <https://www.oecd.org/cfe/regional-policy/37556607.pdf> [consultado em 02-05-2017].
- ONU (1979), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, Nova Iorque, Assembleia Geral das Nações Unidas [Online], disponível em: <https://dre.pt/application/file/83239> [consultado em 02-03-2017].
- PERISTA, Heloísa; CARDOSO, Ana; BRÁZIA, Ana; ABRANTES, Manuel e PERISTA, Pedro (2016), *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*, Lisboa, CE-SIS/CITE.
- PIMENTEL, Irene (2001), *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates.
- POESCHL, Gabrielle; SILVA, Aurora e MÚRIAS, Cláudia (2004), Papéis desejáveis e traços de personalidade apropriados: Uma explicação motivacional, *Psicologia e Educação*, III (1), 121-135.
- PORTUGAL, Sílvia (2008), *As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal*, Oficina do CES, 319.
- RODRIGUES, Julieta (1995), *Continuidade e mudança nos papéis das mulheres portuguesas urbanas. O aparecimento de novas estruturas familiares*, Lisboa, CIDM.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social?, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, i-vii.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento, 17-56.
- SILVA, Manuel Carlos e TOOR, Marga von (1988). Camponeses e Patronos: o caso de uma aldeia minhota. *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, 51-80.
- TAVARES, Manuela (2011), *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)*, Lisboa, Texto Editores.
- TAYLOR, Sandra (1986), Teenage Girls and Economic Recession in Australia: Some Cultural and Educational Implications, *British Journal of Sociology of Education*, Vol. 7, 4, 379-395.
- WALL, Karin (1986), A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo, *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 3º-4º, 661-668.
- WALL, Karin; ABOIM, Sofia; RAMOS, Vitor e NUNES, Cátia (2013), Geographical Mobility and Family Life: Comparing Generations from a Life Course Perspective, *Comparative Population Studies- Zeitschrift Für Bevölkerungswissenschaft*, 38 (2), 341-370.

- WALL, Karin (coord); CUNHA, Vanessa; ATALAIA, Susana; RODRIGUES, Leonor; CORREIA, Rita; CORREIA, Sónia Vladimira e ROSA, Rodrigo (2016), *Livro Branco – Homens e Igualdade de Género em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/CITE.
- WALL, Karin e LOBO, Cristina (1999), *Famílias monoparentais em Portugal*, *Análise Social*, 150, 123-145.